

Linhas Orientadoras para a Elaboração do Plano Plurianual de Melhoria (PPM)

Introdução

Para que o programa TEIP cumpra os seus objetivos, nomeadamente as metas estabelecidas na Agenda para a Educação e Formação 2020 relativas ao abandono escolar, é necessário garantir às unidades orgânicas (UO)¹ condições de estabilidade e continuidade, assim como aprofundar a sua autonomia tendo em conta a especificidade dos territórios em que se inserem.

Para que tal aconteça parece-nos essencial apostar numa lógica de planeamento e de ação estratégica de médio prazo consubstanciada na elaboração, implementação, acompanhamento e avaliação de planos plurianuais de melhoria.

O Plano Plurianual de Melhoria (PPM) é uma ferramenta construída a partir dos documentos estratégicos e das reflexões conjuntas das diferentes estruturas da escola tais como o Projeto de Intervenção do Diretor(a) e o Projeto Educativo, pelo que deve harmonizar-se o seu período de vigência com os restantes documentos em vigor, fixando-se uma duração mínima de três anos letivos. Propõe-se que, salvo situações excecionais, o PPM tenha início no ano letivo 2014/15 e termine no ano em que finda a vigência do Projeto Educativo.

¹ Neste documento utiliza-se o termo unidade orgânica (UO) para fazer referência aos Agrupamentos de Escolas e às Escolas não agrupadas.

Quadro 1 – Questões-chave para a elaboração do Plano Plurianual de Melhoria

- Quais os principais problemas, fragilidades e potencialidades da unidade orgânica?
- O que aprendemos com os resultados das reflexões internas, da avaliação interna e externa dos alunos e da UO?
- Quais as áreas prioritárias para a melhoria?
- Qual é a estratégia de atuação da UO ao nível da **promoção**:
 - da qualidade do ensino e das práticas pedagógicas?
 - do sucesso e dos resultados na aprendizagem?
 - da supervisão e trabalho cooperativo entre professores?
- Qual é a estratégia de atuação da UO ao nível da **prevenção**:
 - do absentismo?
 - da indisciplina?
 - do abandono escolar?
- O que é necessário fazer? Como melhorar? Que processos e estratégias de prevenção adotar/implementar?
- Que resultados são desejáveis e se comprometem a alcançar?
- O quê e quem é necessário mobilizar? É necessária a ajuda/colaboração de quem e para quê?
- Quando/durante quanto tempo é necessário atuar?
- Quem é responsável pelo quê?
- Como criar sustentabilidade na intervenção?
- Como alargar dinâmicas de melhoria a toda a UO?
- Quais os mecanismos organizativos internos promotores do trabalho colaborativo que garantam a reflexão e a participação efetiva de todos?
- Como se planeia monitorizar e avaliar a implementação do PPM? Quem será envolvido? Quando? Para quê?
- Que papel(eis) pode desempenhar o perito externo ao nível da promoção da reflexão em torno das práticas pedagógicas adotadas?
- Articular e comunicar o quê? Como? Com quem? Para quê?
- Como partilhar (in)sucessos com outras unidades orgânicas? Que contributos dar para o estabelecimento e dinamização de microrredes TEIP?
- Que ações de capacitação deverão ser desenvolvidas? Para quem e com que objetivos?

Em suma, é expetável que o PPM responda às seguintes questões:

- Como é que a UO pretende melhorar o seu desempenho nos próximos três anos?
- Será que as ações previstas assentam em evidências e obedecem a critérios de eficiência, eficácia, relevância, pertinência e qualidade?

Plano Plurianual de Melhoria

Apresenta-se, a título de exemplo, uma proposta de índice de um Plano Plurianual de Melhoria, bem como algumas notas explicativas.

Índice:

Parte I (6 páginas*)

1. Identificação da UO
2. Contextualização/Caraterização
3. Diagnóstico
4. Identificação das Áreas de Intervenção Priorizadas
5. Metas

Parte II (20 páginas*)

6. Ação estratégica (1 página*)
 - 6.1. Ações de Melhoria relacionadas com os quatro eixos de intervenção do Programa TEIP (1 página por ação*)
 - 6.2. Cronograma (2 páginas*)
7. Monitorização e Avaliação (2 páginas*)
8. Plano de Capacitação (1 página*)

Anexos (de acordo com os modelos fornecidos pela DGE)

- I – Planos de Ação Anuais (a enviar para a DGE até 15 de junho de cada ano, caso se justifique).

* Valores meramente indicativos.

Solicita-se o respetivo envio em formato digital (*pdf*), o mais tardar até ao **dia 30 de abril de 2015** para o seguinte endereço eletrónico: epipse@dge.mec.pt.

Alterações ao Plano de Ação

Por definição o PPM tem carácter plurianual, sendo por isso, pensado numa perspetiva a médio prazo. Contudo, em resultado da monitorização desenvolvida ao longo do ano letivo e da avaliação periódica pode surgir a necessidade de proceder a alterações / reformulações. Assim, caso a UO pretenda efetuar alterações / reformulações às ações estratégicas, aos recursos adicionais ou ao plano de capacitação poderá enviar à DGE, até 15 de junho, um *Plano de Ação Anual* (cf. modelo anexo).

Nota: Como já foi referido, o PPM poderá ser objeto de reestruturação sempre que a UO o entenda. Uma vez que eventuais alterações não terão necessariamente de abranger todos os itens do PPM, sugere-se que no final de cada folha se criem dois campos, a serem preenchidos sempre que houver necessidade de substituir a respetiva folha, um para indicar o n.º da versão e o outro para assinalar a data da atualização/substituição².

Por exemplo:

Versão n.º	Esta folha foi substituída/alterada em (dd-mm-aaaa):
------------	--

² Se tiverem sido efetuadas alterações significativas, no final de cada ano letivo poderá ser remetida à DGE a última versão do PPM.

ANEXO I

Notas de explicitação e exemplos práticos relativos ao exemplo de índice.

1. Identificação da UO

Indicação da designação do Agrupamento de Escolas/Escola não Agrupada, do nome do(a) Diretor(a)/Presidente da CAP, da morada, dos contactos e do endereço eletrónico institucional referentes à escola sede.

2. Contextualização/Caraterização

Propõe-se uma breve descrição do contexto (por exemplo: a envolvente socioeconómica, a diversidade cultural, a população discente, a população docente e não docente, os equipamentos), devendo esta ser apoiada, sempre que possível, em dados objetivos.

A título exemplificativo, no que respeita à população discente, é possível identificar, relativamente ao último ou últimos anos letivos, por género, ano de escolaridade, modalidade de ensino e/ou ciclo de estudos, o número total de alunos inscritos e as percentagens de alunos:

- que pediram transferência para fora da UO;
- estrangeiros a residir há menos de um ano em Portugal;
- estrangeiros a residir há menos de dois anos em Portugal;
- inscritos na disciplina de Português Língua Não Materna ou que beneficiam de apoio neste âmbito, por níveis de proficiência linguística;
- que beneficiam de Ação Social Escolar (escalões A e B);
- oriundos de famílias monoparentais;
- abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 3/2008;
- cujas mães têm habilitações literárias superiores ao 3.º ciclo do ensino básico;
- que frequentaram a educação pré-escolar (desde os 3, 4 ou 5 anos);
- que não frequentaram a educação pré-escolar;
- que iniciaram o 1.º Ciclo do ensino básico com menos de 6 anos de idade;
- sinalizados para a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens;
- alvo de medidas tutelares educativas;
- alvo de medidas disciplinares (corretivas e sancionatórias);
- em risco de abandono escolar;
- com retenções (1 retenção, 2 ou mais retenções);
- que completa cada ciclo de escolaridade no número de anos previsto;

- que alcança nível positivo nas provas/exames nacionais;
- que transitou com nível/classificação positiva a todas as disciplinas/áreas disciplinares.

3. Diagnóstico

Relembra-se que o diagnóstico resulta de uma reflexão dos vários elementos do Agrupamento de Escolas/Escola não agrupada, tendo em conta os dados (descritivos, estatísticos, quantitativos e/ou qualitativos, ...) disponíveis relativamente à implementação das medidas delineadas nos documentos estratégicos, como o Projeto Educativo e Planos de Melhoria anteriores, entre outros. Os relatórios elaborados no âmbito do programa TEIP, documentos resultantes de processos de autoavaliação, assim como a avaliação externa poderão ser fontes de informação muito úteis à reflexão. Esta reflexão poderá seguir os princípios de uma análise SWOT³, aconselhando-se a identificação dos pontos fortes e pontos fracos – de origem interna à UO - e as oportunidades e constrangimentos - de origem externa mas que têm impacto na UO. Dos cruzamentos possíveis entre cada uma das quatro dimensões de análise, acima descritas, resulta uma matriz que pode ser uma ferramenta para a tomada de decisão, no sentido de maximizar as oportunidades do ambiente e os pontos fortes da organização e minimizar os efeitos dos pontos fracos e das ameaças.

4. Identificação das Áreas de Intervenção Priorizadas

Aconselha-se que, a partir da reflexão sobre as situações diagnosticadas no ponto anterior, se enunciem áreas/problemas de intervenção prioritária para as(os) quais a UO pretenda delinear uma estratégia, sobretudo preventiva e sustentada, a médio prazo. Neste ponto é indispensável definir os objetivos gerais que se pretendem atingir em cada uma das áreas de intervenção prioritária identificadas.

5. Metas

A fixação das Metas permite explicitar, de forma objetiva, o compromisso que a UO pretende assumir no que respeita aos resultados esperados. Ou seja, no final da vigência do PPM, em que é que a melhoria se deve traduzir objetivamente?

³ A análise SWOT (*Strengths* – Pontos Fortes, *Weaknesses* – Pontos Fracos, *Opportunities* - Oportunidades e *Threats* - Ameaças) é uma ferramenta inicialmente utilizada no mundo empresarial para fazer análise de ambiente ou de cenários com o objetivo de estabelecer prioridades de atuação. Enquanto ferramenta de planeamento estratégico tem-se revelado útil para auxiliar processos de planificação noutra tipo de organizações não empresariais, em que se incluem as educativas.

Procurando dar relevo à evolução registada pela UO, a DGE, à semelhança dos anos anteriores, criou um conjunto de indicadores distribuídos por quatro domínios, estabelecendo valores anuais mínimos a atingir, com base num histórico dos resultados (ver Anexo II). Por outro lado, pretendendo atender ao contexto em que a UO se insere, a DGE decidiu mobilizar um indicador criado pela Direção-Geral das Estatísticas da Educação e Ciência, DGEEC, o **valor esperado**.

Assim, neste ponto, convida-se a UO a apresentar as metas intermédias anuais e as metas finais a alcançar no final da vigência do PPM. Para tal, por exemplo com o auxílio de uma tabela semelhante à que consta do Quadro 2, solicita-se que se fixem as metas intermédias e finais indicando, para cada ano letivo:

- a classificação final que se propõem alcançar (cujo cálculo obedece à fórmula constante no Anexo III): a partir do ano letivo 2016/17, inclusive, a classificação proposta deve ser **igual ou superior a 0,7 pontos** para as UO que, em 2014/15, se encontram inseridas no Programa há mais de três anos letivos e **superior a 0,55 pontos** para as restantes;
- se assim o desejarem, as classificações a alcançar por indicador (cujo cálculo obedece à fórmula constante no Anexo III);
- a posição a atingir relativamente ao valor esperado (abaixo do valor esperado; dentro do valor esperado; acima do valor esperado), de acordo com as regras de cálculo estabelecidas pela DGEEC.

Considera-se que a UO alcançou com sucesso as metas gerais se, alternativamente, no fim da vigência do PPM, tiver:

- **alcançado ou superado a classificação final a que se propôs;**
- **se atingir o valor esperado e classificação 1 no domínio 3;**
- **se ficar acima do valor esperado.**

Quadro 2 – Proposta de grelha de registo das metas fixadas para o triénio 2014/17

Domínio	Indicador	Classificação alcançada / a alcançar em ...			
		2013/14	2014/15 (valores indicativos)	2015/16 (valores indicativos)	2016/17 (Meta(s) a atingir)
1 - Sucesso escolar na avaliação externa	A - Distância da taxa de sucesso para o valor nacional				
	B - Distância da classificação média para o valor nacional				
2 - Sucesso escolar na avaliação interna	A - Taxa de insucesso escolar				
	B - Percentagem de alunos com classificação positiva a todas as disciplinas				
3 - Interrupção precoce do percurso escolar (Risco de abandono)	Taxa de interrupção precoce do percurso escolar				
	Número de medidas disciplinares por aluno				
4 - Indisciplina					
	Classificação Final				>=0,7⁽⁴⁾ >0,55 (restantes UO)
		Situação alcançada / a alcançar			
	Valor esperado				Acima do valor esperado

6. Ação estratégica

A ação estratégica consubstancia-se na identificação, descrição e caracterização das ações de melhoria escolhidas pela UO para responder às necessidades diagnosticadas, no âmbito de um ciclo de melhoria contínua, tanto ao nível dos processos, como dos resultados.

É importante que as ações do PPM sejam decididas de acordo com: a capacidade de implementação por parte da organização escolar num determinado período de tempo; a possibilidade de mobilizar os recursos necessários e o impacto que cada ação terá no desempenho da organização escolar, na qualidade do sucesso educativo e na melhoria dos resultados escolares.

⁴ Para as UO que, em 2014/15, se encontram inseridas no Programa há mais de três anos letivos.

6.1. Ações de Melhoria a Implementar

É desejável que cada ação seja identificada e caracterizada de forma inequívoca⁵ e tão completa quanto possível. Neste sentido propõe-se que, sempre que possível, seja caracterizada recorrendo aos seguintes itens:

- **Designação;**
- **Eixo(s) de intervenção** em que se insere (1- Melhoria do Ensino e da Aprendizagem 2 – Prevenção do Abandono, Absentismo e Indisciplina 3 – Gestão e Organização 4 – Relação Escola – Família Comunidade).
- **Áreas/Problema(s)** a que a ação pretende dar resposta, atendendo ao que foi enunciado no ponto 4 – *Identificação das Áreas de Intervenção Priorizadas*;
- **Objetivo(s) geral(ais) do Projeto Educativo** que enquadra(m) a ação;
- **Objetivo(s) específicos** da ação;
- **Descrição**⁶ - breve apresentação, procurando esclarecer **em que consiste** a ação e a indicação, caso se aplique e seja distintivo da ação do **âmbito da sua aplicação**⁷, nomeadamente, o(s) ano(s) de escolaridade e/ou ciclo(s) de estudos e/ou curso(s), a(s) disciplina(s), a(s) área(s) disciplinar(es) e não disciplinar(es) envolvida(s) e o(s) local ou locais onde se prevê a sua implementação, da sua **duração**⁸; e **periodicidade**⁹.
- Identificação das principais **estratégias, metodologias e atividades** a desenvolver no âmbito da ação, explicitando o que tem de ser feito – passo a passo – para que a ação seja implementada, dando especial relevo a aspetos como o planeamento, a articulação, a comunicação, o envolvimento, bem como o que melhorar face a ações semelhantes promovidas anteriormente (caso se aplique).

⁵ O que é mais representativo e que ajuda a compreender em que consiste a ação. Por exemplo: uma ação que consista apenas no desdobramento de turmas não pode ser confundida com uma que se baseie na implementação de metodologias Mais Sucesso, como a Fénix ou a Turma Mais ou ainda, com apoios a grupos específicos de alunos fora da sala de aula, ainda que dentro do horário letivo dos alunos; com frequência existe confusão/ falta de clarificação entre assessorias/parcerias pedagógicas e apoios realizados em sala de aula a grupos específicos de alunos.

⁶ Como já foi referido, as ações do Plano de Melhoria, elaborado no âmbito do programa TEIP, devem primordialmente assumir um caráter preventivo, em detrimento do remediativo, tendo como principal preocupação a melhoria da qualidade do sucesso educativo. Assumindo-se que agir preventivamente implica antecipar e atuar na raiz dos problemas, a eficácia da ação depende, entre outros fatores, da capacidade para intervir tão precocemente quanto possível - intervenção ao primeiro sinal.

⁷ Remete-se para o ponto 6.2., *Cronograma das Ações*, a concretização da sua explicitação em função de cada ano de intervenção.

⁸ Ver nota anterior.

⁹ Ver as duas notas anteriores.

- **Público-alvo** - identificação genérica dos potenciais **beneficiários/destinatários** da ação, remetendo para o ponto 6.2., *Cronograma das Ações*, a concretização da sua explicitação em função de cada ano de intervenção¹⁰.
- **Indicadores a monitorizar** – a seleção dos indicadores deve ter em conta os fatores críticos de sucesso e o caráter preventivo que se pretende induzir, ou seja, o que é decisivo para garantir o sucesso da ação. Por exemplo, numa ação cujo sucesso dependa do grau de assiduidade dos alunos é importante saber a que dias da semana, horas do dia, disciplinas e em que turmas se verificam mais faltas, que tipos de justificações apresentam, entre outros aspetos.
- **Resultados esperados/critérios de sucesso** que se espera ver alcançados/cumpridos quando a ação terminar¹¹ – enunciados com objetividade e de forma clara (não permitindo interpretações diversas, por exemplo: de... para..., ou melhorar x% - não esquecendo que melhorar x p.p.¹² é diferente de melhorar x%), sempre que possível, de forma mensurável (apostando na medição de quantidades ou avaliação de atributos/qualidades).
- **Distribuição de Responsabilidades** – identificação de um ou mais responsáveis pela coordenação e gestão da ação, sendo obrigatória a indicação de um Membro do Conselho Pedagógico (que não o seu presidente ou o coordenador TEIP) responsável pelo acompanhamento do seu desenvolvimento.
- **Participantes** (pessoas, grupos, organizações/parceiros) – indicar quem contribui para implementar a ação. No caso do pessoal docente e dos técnicos é importante explicitar que recursos internos contam mobilizar¹³.

¹⁰ Dado que cada ação se integra num plano plurianual de melhoria, este é um dos itens que ajuda a clarificar as opções estratégicas adotadas. Por conseguinte, na fase de planeamento, para cada ação, pode considerar-se pertinente escolher públicos-alvo de forma diferenciada em função de cada ano letivo.

¹¹ Para uma ação cuja duração é superior a um ano letivo podem ser estabelecidos critérios de sucesso intermédios para cada ano de implementação.

¹² Pontos percentuais.

¹³ Alocar os recursos a cada ação, de forma sustentada, em função das fragilidades diagnosticadas e investindo inicialmente de forma mais intensa nas áreas mais críticas. Para que a gestão seja eficiente, ao longo dos anos de vigência do PPM, deve ser possível a qualquer momento a realocação dos recursos a outras ações em função da evolução do desenvolvimento do plano e dos resultados da monitorização e avaliação. De sublinhar que a sustentabilidade de cada ação depende, entre outros aspetos, da forma como os recursos são utilizados, nomeadamente da adequação dos perfis às ações que se pretende implementar e da possibilidade da continuidade da intervenção através da mobilização de recursos internos em detrimento dos que são colocados temporariamente, contribuindo para uma intervenção futura mais autónoma.

6.2. Cronograma das Ações

Sugere-se que o cronograma do Plano Plurianual de Melhoria contemple a calendarização da implementação, monitorização e avaliação do conjunto de ações previstas no *ponto 6. Ação Estratégica*.

Com o objetivo de *visualizar* esquematicamente a evolução antevista pela UO para cada uma das ações do PPM, seguindo uma linha temporal, as ações devem ser representadas através da sua identificação e dos aspetos que estrategicamente preveem fazer variar ao longo do tempo, nomeadamente do(s): público-alvo; ano(s) de escolaridade e/ou ciclo(s) de estudos e/ou curso(s); disciplina(s) e/ou área(s) disciplinar(es) e não disciplinar(es) envolvida(s); local ou locais onde se prevê a sua implementação; duração; periodicidade; bem como estratégias, metodologias ou atividades a adotar em diferentes fases da implementação de cada ação. Assim, ao analisar o cronograma deve ser possível visualizar a estratégia de melhoria que a UO decidiu adotar para o período de vigência do PPM (ver exemplo representado no Quadro 3).

Quadro 3 – Exemplo de cronograma de 4 ações (monitorização e avaliação incluída) para o triénio 2014/17

Ação	Mês:	2014/15												2015/16												2016/17											
		9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8
Grupos de homogeneidade relativa		Escolas X e Y - 1.º e 2.º anos de escolaridade; 1 TurmaMais por cada 3 turmas; Mat. 7 h/semana; LP 7 h/semana												Escolas X e Y - 1.º, 2.º e 3.º anos de escolaridade; 1 TurmaMais por cada 3 turmas; Mat. 7 h/semana; LP 7 h/semana												Escolas X e Y - 1.º, 2.º, 3.º e 4.º anos de escolaridade; 1 TurmaMais por cada 3 turmas; Mat. 7 h/semana; LP 7 h/semana											
Monitorização e Avaliação:		[Red and Blue blocks]												[Red and Blue blocks]												[Red and Blue blocks]											
Parcerias pedagógicas		Escola X - 3.º e 4.º anos de escolaridade; Mat. 3h/turma /semana; LP 3 h/turma /semana												Escolas X e Y - 4.º ano de escolaridade; Mat. 3h/turma/semana; LP 3 h/turma/semana																							
Monitorização e Avaliação:		[Red and Blue blocks]												[Red and Blue blocks]																							
Apoios		Escola Y - 3.º e 4.º anos de escolaridade; 3 h/semana/ grupo de alunos - máx. 4 alunos por grupo Escola Z - 3 h/semana/grupo de alunos - máx. 4 alunos por grupo												Escola Z - 3 h/semana/grupo de alunos - máx. 4 alunos por grupo												Escola Z - 2 h/semana/grupo de alunos - máx. 4 alunos por grupo											
Monitorização e Avaliação:		[Red and Blue blocks]												[Red and Blue blocks]												[Red and Blue blocks]											

Legenda: ■ Duração da ação ■ Monitorização ■ Avaliação

7. Monitorização e Avaliação

Sugere-se que a UO apresente as linhas gerais do plano de monitorização e avaliação das ações de melhoria que pretende implementar, explicitando aspetos como:

- Responsável pela coordenação e gestão do plano de monitorização e avaliação;
- Indicadores a monitorizar em função das Metas fixadas;
- Metodologias e instrumentos a utilizar na recolha e tratamento de dados;
- Elementos da equipa de autoavaliação responsáveis pela recolha e tratamento dos dados;
- Calendarização dos principais momentos (e seus objetivos) da monitorização e da avaliação (em consonância com o cronograma do PPM);
- Produto(s) da monitorização e/ou da avaliação e o modo como se prevê virem a ser utilizados - de forma a fornecer *feedback* acerca dos processos e resultados aos diversos intervenientes nas ações, a promover a reflexão e a suportar tomadas de decisão sobre eventuais reformulações do plano de melhoria - explanando a:
 - estratégia de divulgação e reflexão sobre os resultados alcançados com a comunidade educativa e demais interessados;
 - calendarização dos momentos de divulgação e de discussão/reflexão em torno dos resultados alcançados (a incluir no cronograma).

O(s) produto(s) final(is) da avaliação poderá(ão) ter formatos de apresentação diversos: panfletos, brochuras, relatórios ou outro tipo de publicações, etc.;

- Papel do perito externo¹⁴.

8. Plano de Capacitação

Neste ponto sugere-se que seja apresentada (recorrendo, por exemplo, a uma tabela semelhante à apresentada no Quadro 4), a estratégia desenhada pela UO para capacitar os seus recursos humanos em função das necessidades identificadas explicitando, para cada um dos anos letivos, por domínio e por grupo-alvo, as

¹⁴ Prevendo-se que a intervenção do perito externo seja ao nível da capacitação, da conceção, da monitorização e avaliação do PPM, enquanto elemento catalisador da discussão/reflexão permanente em torno do que se faz, como, porquê, para quê e com que resultados, dando especial atenção aos processos que ocorrem dentro da sala de aula ou que garantem/potenciam o seu bom funcionamento, como a promoção do trabalho colaborativo e a supervisão pedagógica (ver Anexo IV).

tipologias, as temáticas e/ou ações que, estrategicamente, preveem/desejam desenvolver.

Quadro 4 – Exemplo de grelha de registo das Temáticas no âmbito do plano de capacitação para o triénio 2014/17¹⁵

Ano letivo	Domínio (Domínio A - Gestão de Sala de Aula; Domínio B – Articulação e supervisão pedagógica; Domínio C – Monitorização e Avaliação; Domínio D – Metodologias Mais Sucesso)	Grupo-Alvo (professores; técnicos; assistentes operacionais; assistentes administrativos)	Tipologias (TIPO 1 - Regulação do ambiente de sala de aula; TIPO 2 - Pedagogia diferenciada; TIPO 3 / 4 – Avaliação e estratégias diversificadas de ensino / aprendizagem na área da Matemática / do Português; TIPO 5 - Articulação e supervisão pedagógica; TIPO 6 - Monitorização e Avaliação; TIPO 7 / 8 – A Metodologia Fénix / TurmaMais)	Temáticas / Ações
2014/15	Domínio A	Docentes – grupos 110; 200 a 230; 300; 400; 500	Tipo 4	Avaliação formativa, um caminho para a prevenção do abandono
	Domínio A	Docentes; Técnicos; Assistentes operacionais	Tipo 1	Gestão/Regulação preventiva do clima dentro e fora da sala de aula
	Domínios B e C	Docentes; Técnicos; Assistentes operacionais e administrativos	Tipos 5 e 6	Prevenção do absentismo
	Domínio B	Professores	Tipo 5	Práticas colaborativas e a supervisão pedagógica
	Domínio C	Equipa de autoavaliação; coordenadores de departamento; ...	Tipo 6	Monitorizar, como, o quê e para quê?
	...			
2015/16	Domínio A	Docentes	Tipo 2	Estratégias diversificadas de desenvolvimento curricular
	Domínio D			
	...			
2016/17	Domínio A	...		
	Domínio C	Equipa de autoavaliação; lideranças intermédia e de topo	Tipo 6	Meta-avaliação
	...			

¹⁵ O conteúdo é meramente exemplificativo.

ANEXO II - Metas mínimas fixadas pela Direção-Geral da Educação

Para cada domínio, as UO TEIP são convidadas a definir um conjunto de metas condicionadas por valores mínimos fixados pela DGE.

DOMÍNIO 1 – SUCESSO ESCOLAR NA AVALIAÇÃO EXTERNA

Provas / Exames considerados:

- 4.º, 6.º e 9.º Anos – Língua Portuguesa e Matemática;
- 12.º Ano – Português e a prova referente à disciplina trianual da formação específica (Matemática A, História A ou Desenho A) dos cursos científico-humanísticos, à qual, nos últimos três anos, em cada escola TEIP, se registou o maior número de alunos a realizá-la como internos e para aprovação.

Indicador A: Diferença para o valor nacional da taxa de sucesso

Diferença para o valor nacional da Taxa de Sucesso (*na prova P e no ano A*)

$$N.º \text{ total de alunos com sucesso}_{prova P, ano A} = \sum N.º \text{ de alunos com classificação positiva}_{prova P, ano A}$$

Nota: Considera-se que os alunos obtiveram classificação positiva, quando nas provas de aferição alcançaram os níveis A, B ou C, nas provas e exames nacionais do ensino básico os níveis 5, 4 e 3 e nos exames nacionais do ensino secundário classificações superiores a 10 valores (arredondando às unidades).

$$Taxa \text{ de Sucesso}_{Agrupamento X, prova P, ano A} = \frac{N.º \text{ total de alunos com sucesso}_{prova P, ano A}}{N.º \text{ total de alunos avaliados}_{prova P, ano A}}$$

$$P \in \{\text{Língua Portuguesa; Matemática; Português; História A; Matemática A; Desenho A}\}$$

e

$$A \in \{4.º \text{ ano; } 6.º \text{ ano; } 9.º \text{ ano; } 12.º \text{ ano}\}$$

Nota: Em relação às provas e exames nacionais de 6.º ano e 9.º ano serão considerados apenas os alunos inscritos na condição de internos e que realizaram a prova na 1.ª chamada. No que respeita ao secundário, serão considerados somente os alunos inscritos nos exames como internos e para aprovação (a partir de 2011/12, inclusive, serão considerados apenas os alunos que realizaram a prova na 1.ª chamada).

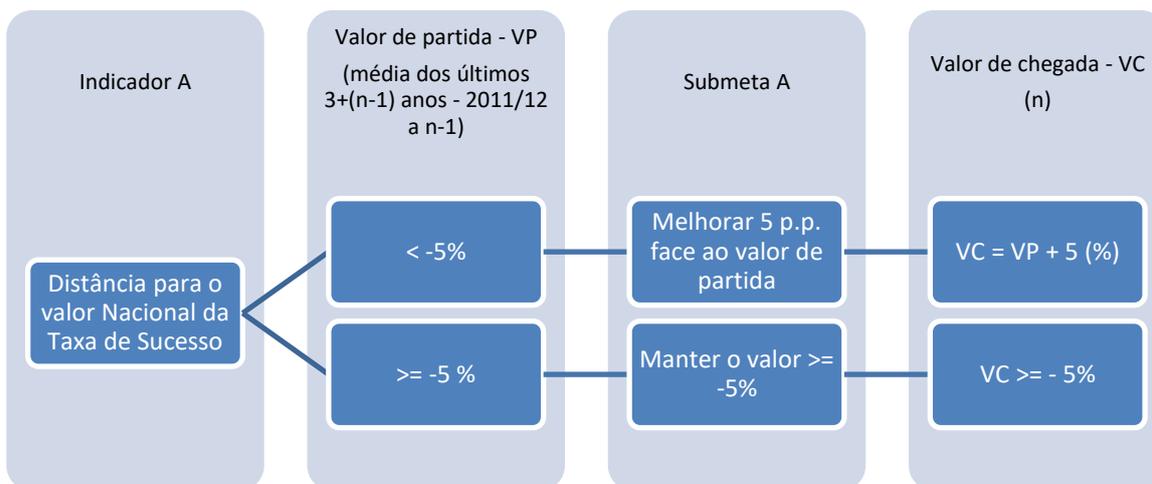
$$\begin{aligned} \text{Dif. para o valor nacional da taxa de sucesso}_{Agrup X, prova P, ano A} \\ = Taxa \text{ de sucesso}_{Agrup X, prova P, ano A} - Taxa \text{ de sucesso}_{Nacional, prova P, ano A} \end{aligned}$$

Nota: No caso dos exames nacionais, o valor nacional é calculado contabilizando todos os alunos inscritos em escolas públicas que realizaram as provas nas condições descritas anteriormente.

Meta calculada em função da evolução do indicador nos últimos $3+(n-1)$ anos¹⁶.

¹⁶ Com $n = 1(2014/15)$, $n=2(2015/16)$ e $n=3(2016/17)$

Para cada prova, são consideradas as seguintes submetas mínimas:



Indicador B: Diferença para o valor nacional da Classificação média

Para o ensino básico:

$$Classificação\ média_{prova\ P,ano\ A} = \frac{\sum_{i=1}^5 (n.\ ^o\ de\ níveis\ i \times i)_{prova\ P,ano\ A}}{\sum_{i=1}^5 (n.\ ^o\ de\ níveis\ i)_{prova\ P,ano\ A}}$$

$$P \in \{Língua\ Portuguesa; Matemática\} e A \in \{4.\ ^o\ ano; 6.\ ^o\ ano; 9.\ ^o\ ano\}$$

(no caso das provas de aferição ao nível A faz-se corresponder o valor 5, ao nível B, o valor 4, ...)

Nota: Em relação às provas e exames nacionais de 6.º ano e 9.º ano serão considerados apenas os alunos inscritos na condição de internos e que realizaram a prova na 1.ª chamada. **Neste caso a Classificação média é expressa em valores que variam entre 1 e 5.**

Para o ensino secundário:

$$Classificação\ média_{Agrup\ X;prova\ P,ano\ A} = \frac{\sum_{i=1}^n Classificação_{aluno\ i,prova\ P,ano\ A}}{n}$$

$n = n.\ ^o$ de alunos do Agrupamento X, inscritos no exame como internos e para aprovação (*)

$$P \in \{Português; Matemática\ A; História\ A; Desenho\ A\} e A \in \{12.\ ^o\ ano\}$$

(*) A partir de 2011/12, inclusive, serão considerados apenas os alunos que realizaram a prova na 1.ª chamada.

Nota: No caso dos exames nacionais, o valor nacional é calculado contabilizando todos os alunos inscritos em escolas públicas que realizaram as provas nas condições descritas anteriormente. **Neste caso a Classificação média é expressa em valores que variam entre 0 e 20.**

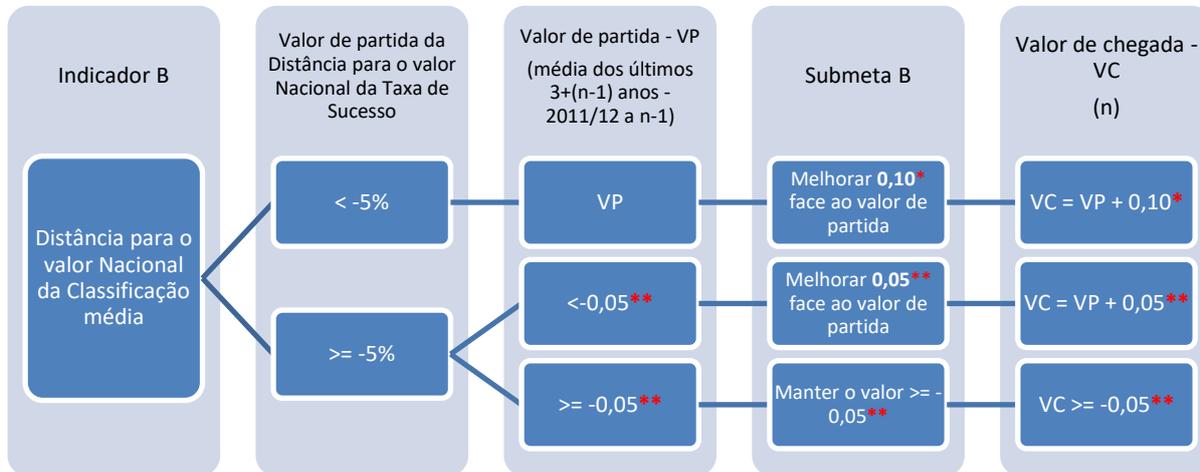
$$Dif.\ para\ o\ valor\ nacional\ da\ Classificação\ média_{AgrupX,prova\ P,ano\ A} = Class.\ média_{AgrupX,prova\ P,ano\ A} - Class.\ média_{Nacional,prova\ P,ano\ A}$$

Meta calculada em função da evolução do indicador nos últimos 3+(n-1) anos

Nota: Atendendo às escalas utilizadas para expressar os valores da *Classificação média*, a *Dif. Para o*

valor Nacional da Classificação média pode variar entre -4 e +4 no Ensino Básico e entre os valores -20 e +20 no Ensino Secundário.

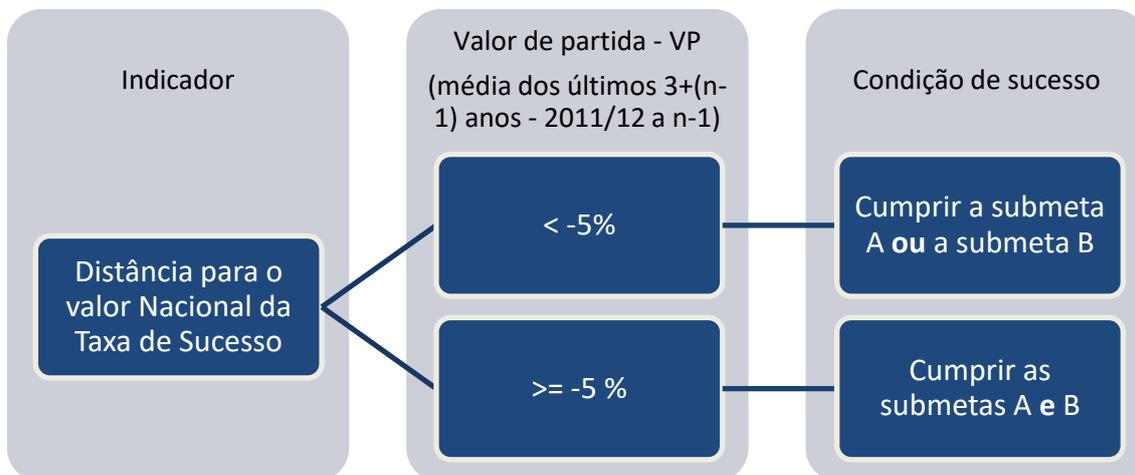
Para cada prova, foram consideradas as seguintes submetas mínimas:



* 0,5 no caso das provas 7 e 8 – ensino secundário

** 0,25 no caso das provas 7 e 8 – ensino secundário

O que é necessário para alcançar sucesso em cada uma das provas?



DOMÍNIO 2 – SUCESSO ESCOLAR NA AVALIAÇÃO INTERNA

Ciclos de ensino:

- 1.º, 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico
- Ensino Secundário – Cursos Científico-humanísticos

Indicador A: Taxa de insucesso escolar

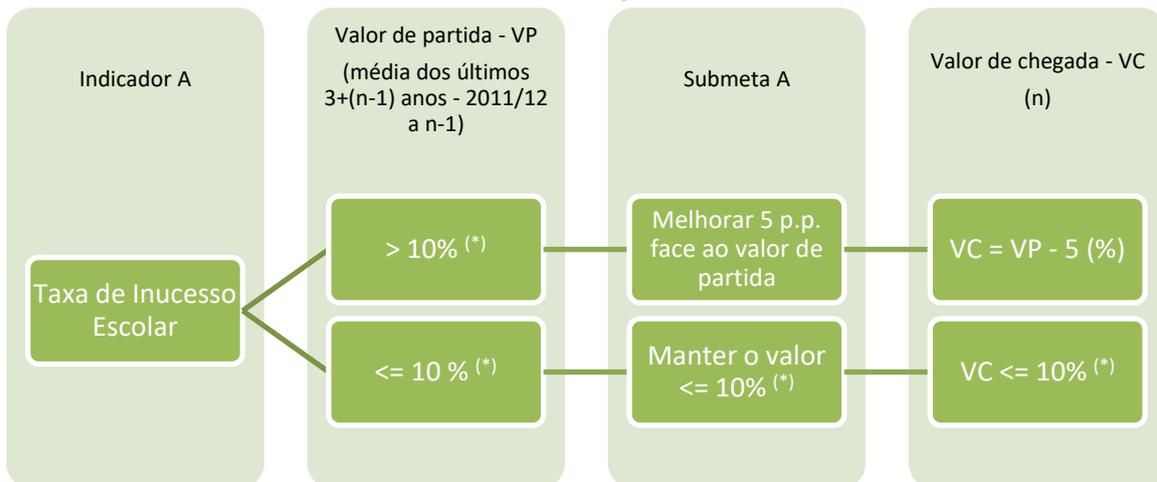
$$Taxa\ de\ insucesso\ escolar_{AgrupamentoX,ciclo\ C} = \frac{N.\ de\ alunos\ retidos\ na\ avaliação\ final\ do\ 3.\ o\ período_{ciclo\ C}}{N.\ o\ total\ de\ alunos\ inscritos\ (excluindo\ os\ transferidos)_{ciclo\ C}}$$

($C \in \{1.º\ Ciclo; 2.º\ Ciclo; 3.º\ Ciclo; secundário\}$)

Nota: No ensino básico é considerado apenas o ensino básico regular (inclui os PCA e exclui os CEF e os PIEF) e no secundário são só considerados os cursos científico-humanísticos (cada aluno deve ser contabilizado apenas uma vez).

Meta calculada em função da evolução do indicador nos últimos 3+(n-1) anos.

Para cada Ciclo de ensino foram consideradas as seguintes submetas mínimas:



(*) ATENÇÃO: A partir de 2014/15, para o 1.º ciclo este valor passa a ser 7,5%

Indicador B: Percentagem de alunos com classificação positiva a todas as disciplinas

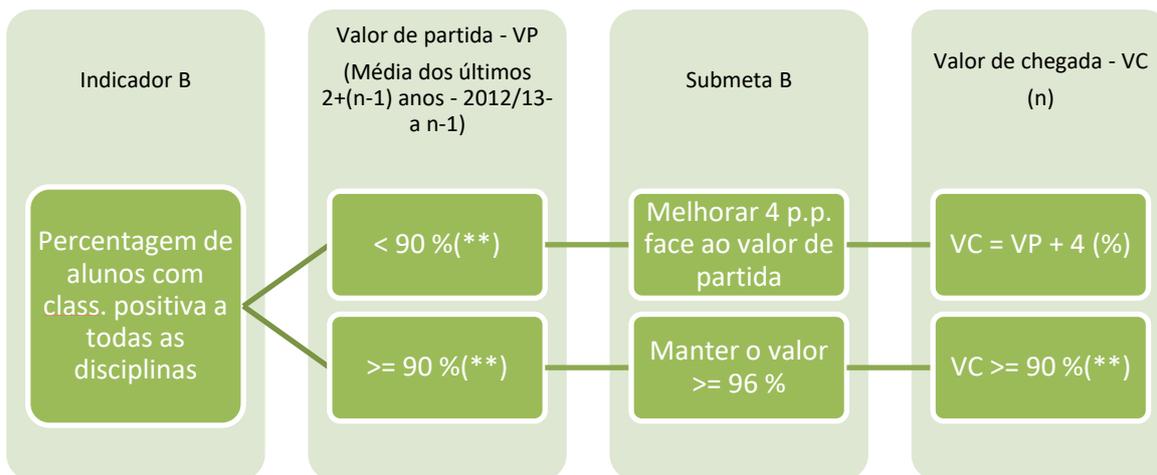
$$\text{Percentagem de alunos com zero Classificações Negativas}_{AgrupamentoX,ciclo\ C} = \frac{n.\ de\ alunos\ com\ zero\ classificações\ negativas_{AgrupamentoX,ciclo\ C}}{n.\ de\ alunos\ avaliados_{AgrupamentoX,ciclo\ C}}$$

($C \in \{1.º\ Ciclo; 2.º\ Ciclo; 3.º\ Ciclo; secundário\}$)

Nota: No ensino básico são considerados todos os alunos avaliados no final do 3.º período (CEF e PIEF incluídos). No ensino secundário só são considerados os alunos avaliados no final do 3.º período que estavam inscritos para aprovação a todas as disciplinas nos cursos científico-humanísticos.

Meta calculada em função da evolução do indicador nos últimos 2+(n-1) anos.

Para cada Ciclo de ensino foram consideradas as seguintes submetas mínimas:



() ATENÇÃO:** Antes de 2014/15, para todos os ciclos, este valor estava fixado nos 96%. A partir de 2014/15 passa para os 90%, mantendo-se nos 96% unicamente para o 1.º ciclo.

O que é necessário para alcançar sucesso em cada um dos ciclos de ensino?

Cumprir a submeta A ou a submeta B.

DOMÍNIO 3 – INTERRUPTÃO PRECOCE DO PERCURSO ESCOLAR

Ciclos de ensino:

- 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico
- Ensino Secundário

Indicador: Taxa de interrupção precoce do percurso escolar - TIPPE

Para cada ciclo de ensino:

$$N.º \text{ alunos que interromperam precocemente o percurso escolar} \\ = N.º \text{ de abandonos} + N.º \text{ de EF} + N.º \text{ de AM} + N.º \text{ de retenções por Excesso de Faltas}$$

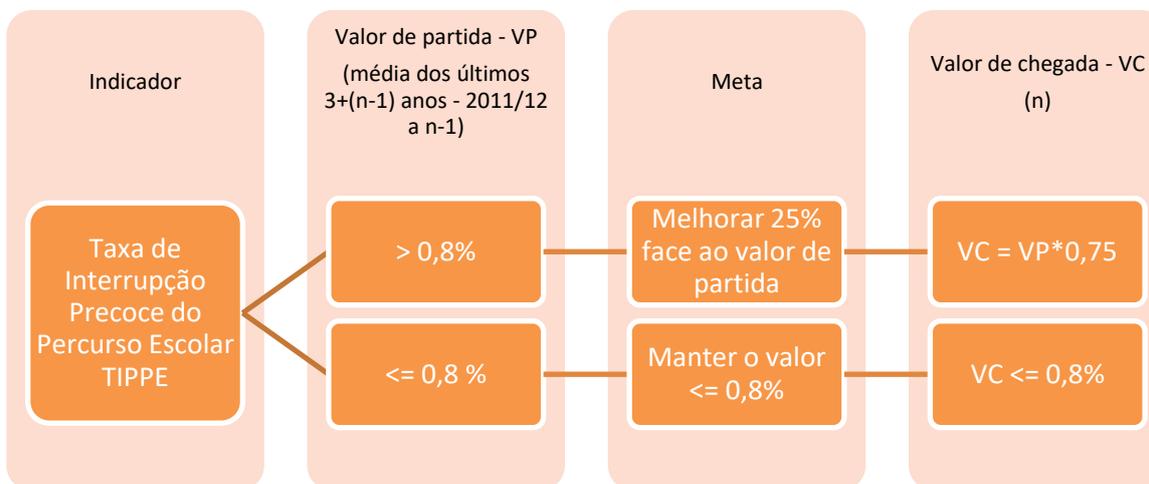
$$TIPPE_{AgrupamentoX,ciclo C} = \frac{N.º \text{ alunos que interromperam precocemente o percurso escolar}_{ciclo C}}{N.º \text{ total de alunos inscritos (excluindo os transferidos)}_{ciclo C}}$$

($C \in \{2.º \text{ Ciclo}; 3.º \text{ Ciclo}; \text{secundário}\}$)

Nota: No número total de alunos inscritos não estão incluídos os do pré-escolar, dos cursos EFA e do Ensino Recorrente.

Meta calculada em função da evolução do indicador nos 3+(n-1) anos.

Para cada ciclo de ensino foi considerada a seguinte meta mínima:



O que é necessário para alcançar sucesso em cada um dos ciclos de ensino?

Cumprir a meta.

DOMÍNIO 4 – INDISCIPLINA

Indicador: Medidas disciplinares por aluno

MC = n.º de medidas corretivas (considerar apenas as que constam da alínea b) e seguintes do ponto 2 do Artigo 26.º da Lei n.º 51/2012, de 5 de setembro - Estatuto do Aluno e Ética Escolar)

MDS = n.º de medidas disciplinares sancionatórias

MD = n.º de medidas disciplinares

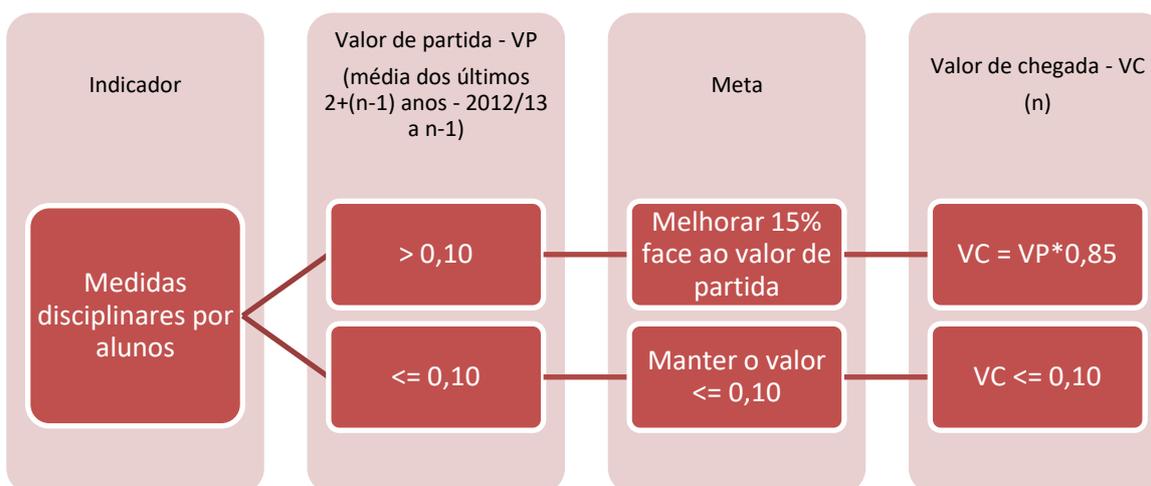
$$MD = MC + MDS$$

$$\text{Medidas disciplinares por aluno} = \frac{MD}{N.º \text{ total de alunos inscritos (excepto os transferidos)}}$$

Nota: No número total de alunos inscritos não estão incluídos os do pré-escolar, dos cursos EFA e do Ensino Recorrente.

Meta calculada em função da evolução do indicador nos últimos 2+(n-1) anos.

Para cada UO TEIP foi considerada a seguinte meta mínima:



ANEXO III - Metas Gerais – como calcular as classificações por domínio e final

A Classificação por domínio é atribuída da seguinte forma¹⁷:

Domínio 1 - Sucesso Escolar na Avaliação Externa

É atribuído 1 ponto a cada prova em que a UO TEIP alcançar sucesso

$$\text{Classificação no domínio 1} = \frac{\sum_i N_i \times p_i}{\sum_i N_i}$$

N_i – n.º de alunos que realizaram a prova i

P_i – pontuação alcançada pela UO na prova i

($i=1$ representa a prova de Português de 4.º ano, $i=2$ a prova de Matemática de 4.º ano, ...)

Nota: Em relação às provas e exames nacionais do ensino básico serão considerados apenas os alunos inscritos na condição de internos e que realizaram a prova na 1.ª chamada. No que respeita ao secundário, serão considerados somente os alunos inscritos nos exames como internos, para aprovação e que realizaram a prova na 1.ª chamada.

Domínio 2 - Sucesso Escolar na Avaliação Interna

É atribuído 1 ponto a cada ciclo (incluindo o secundário) em que a UO TEIP alcançar sucesso

$$\text{Classificação no domínio 2} = \frac{\sum_i N_i \times p_i}{\sum_i N_i}$$

N_i – n.º de alunos inscritos no Ciclo i

P_i – pontuação alcançada pela UO no Ciclo i

($i=1$ representa o 1.º Ciclo, $i=2$ o 2.º Ciclo, $i=3$ o 3.º Ciclo e $i=4$ o secundário)

Nota: Relativamente ao n.º de alunos inscritos, excluídos os transferidos, no ensino básico são considerados apenas os inscritos no ensino básico regular (inclui os PCA e exclui os CEF e os PIEF) e no secundário os inscritos nos cursos científico-humanísticos (neste caso cada aluno é contabilizado apenas uma vez).

Domínio 3- Interrupção precoce do percurso escolar

É atribuído 1 ponto a cada ciclo (incluindo o secundário) em que a UO TEIP alcançar sucesso

$$\text{Classificação no domínio 3} = \frac{\sum_i N_i \times p_i}{\sum_i N_i}$$

N_i – n.º de alunos inscritos no Ciclo i

P_i – pontuação alcançada pela UO no Ciclo i

($i=1$ representa o 2.º Ciclo, $i=2$ o 3.º Ciclo e $i=3$ o secundário)

Nota: No número total de alunos inscritos não estão incluídos os transferidos, do pré-escolar, dos cursos EFA e do Ensino Recorrente.

Domínio 4- Indisciplina

¹⁷ Até 2013/14, para os domínios 1, 2 e 3 a classificação era calculada recorrendo à média aritmética simples do total de pontos alcançados em cada prova/ciclo. A partir de 2014/15 a classificação passa a ser calculada com o recurso à média ponderada, utilizando como fator de ponderação o n.º total de alunos que realizaram a prova/n.º total de alunos inscritos no ciclo.

$$\text{Classificação no Domínio}^4 = \begin{cases} 0 & \text{se a meta contratualizada não for alcançada} \\ 1 & \text{se a meta contratualizada for alcançada ou superada} \end{cases}$$

A **Classificação Final** é igual à média das classificações alcançadas nos vários domínios (arredondada às centésimas).

ANEXO IV - Papel do Perito Externo

